

INFORME
GAECO



2017

Janeiro/Fevereiro/Março



OS DESTAQUES DO GAECO
NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017





COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Sérgio Luiz Morelli
Mauri Valentim Riciotti
Hudson Shiguer Kinashi
Olavo Monteiro Mascarenhas
Irma Vieira de Santana e Anzoategui
Nilza Gomes da Silva
Silvio Cesar Maluf
Antonio Siufi Neto
Evaldo Borges Rodrigues da Costa
Marigô Regina Bittar Bezerra
Belmires Soles Ribeiro
Humberto de Matos Brittes
Miguel Vieira da Silva
João Albino Cardoso Filho
Lucienne Reis D'Avila
Ariadne de Fátima Cantú da Silva
Francisco Neves Júnior
Edgar Roberto Lemos de Miranda

Marcos Antonio Martins Sottoriva
Esther Sousa de Oliveira
Aroldo José de Lima
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto
Gerardo Eriberto de Morais
Luis Alberto Safraider
Sara Francisco Silva
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo
Helton Fonseca Bernardes
Gilberto Robalinho da Silva
Paulo Cezar dos Passos
Jaceguara Dantas da Silva Passos
Rodrigo Jacobina Stephanini
Silasneiton Gonçalves
Sérgio Fernando Raimundo Harfouche
Alexandre Lima Raslan

EXPEDIENTE

Procuradora de Justiça e Supervisora da Assecom - **Ariadne de Fátima Cantú Silva**
Jornalistas - **Waléria Leite/Ana Paula Leite/Elizete Alves/Ana Carolina Vasques**
Marketing - **Cynthia Silveira/Ariani Mortari**
Produção Audiovisual - **Felinto Paes/José Guilherme**
Secretária - **Sandra Campos**
Assessora Jurídica - **Luciana Zucarelli**
Revisão - **Suzana Baroli**
Estagiários - **Arthur Figueiredo/Eduardo Assis/Giovana Silveira**

MPMS

Rua Pres. Manoel Ferraz Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, CEP 79031-907, Campo Grande-MS
Contato: assecom@mpms.br Telefone: (67) 3318-2135

EDITORIAL



Prezado leitor:

Sou membro do Ministério Público de Mato Grosso do Sul desde 1992, tendo participado ativamente de vários momentos importantes para nossa Instituição. Mas a atual quadra da história nos surpreende. Sempre tive a absoluta convicção que a sociedade brasileira tem evoluído em vários aspectos, amadurecendo democraticamente e com importante contribuição do Ministério Público para consecução desse longo processo. No entanto, durante o desenrolar da maior operação de combate à corrupção de da história da República, por iniciativa de vários parlamentares, tramitam no Congresso Nacional inúmeros projetos que impactam diretamente o Ministério Público.

É necessário se ter a compreensão que - infelizmente - a corrupção se infiltrou no sistema brasileiro, conforme revela a denominada Operação Lava Jato e atuação cotidiana dos membros do Ministério Público brasileiro em suas inúmeras ações pelo Brasil. A atuação uniforme, serena e eficiente do Ministério Público continuará contribuindo para melhoria do país e da qualidade de vida dos cidadãos. Mas precisamos do apoio da sociedade e tornar cada vez mais transparente nossa atuação, prestando contas aqueles que são a razão da existência da nossa Instituição: o povo.

A presente publicação tem como objetivo mostrar a atuação do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Tenham uma boa leitura.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MPMS

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Aroldo José de Lima

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

GAECO REALIZA OPERAÇÃO XADREZ EM CORUMBÁ E CUMPRE NOVE MANDADOS DE PRISÃO

Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, o GAECO, esteve em Corumbá, no dia 23/01, no cumprimento de 12 mandados de busca e apreensão, 09 mandados de prisão temporária e 01 mandado de condução coercitiva. Os crimes investigados são: tráfico de drogas, associação para o tráfico, corrupção, peculato e falsidade documental no âmbito das unidades prisionais dos regimes fechado e semiaberto da cidade.

Foram presos os diretores dos estabelecimentos penais do regime fechado e semiaberto, e presos que cumpriam pena no regime semiaberto e fechado. Também receberam mandados de prisão temporária comerciantes da cidade que possuem vínculo de parentesco com os condenados e que fazem parte da associação criminosa.

Os mandados foram cumpridos em 12 pontos distintos, dentre eles os presídios do regime fechado e semiaberto, onde foram localizados dezenas de aparelhos celulares, drogas e dinheiro. Os mandados foram expedidos pelo Juízo da Segunda Vara Criminal da Comarca de Corumbá.

Além dos Promotores de Justiça e Policiais integrantes do GAECO, a operação batizada de Operação Xadrez (em referência aos presídios onde foram cumpridas buscas e prisões), contou com o apoio de Promotores de Justiça da Comarca de Corumbá, e também de policiais do Batalhão do Choque, Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Polícia Militar de Corumbá.



Nosso dever é
combater o
crime organizado
e proteger os
seus direitos.



Corrupção
Tráfico de Drogas
Quelbra de Bens Públicos
Lançamento de Documento Falso
Fraude em Licitação
Roubo de Cargas
Contratos Ilícitos



OPERAÇÃO PONTO CERTO APURA EXISTÊNCIA DE SERVIDOR “FANTASMA” EM IGUATEMI

No dia 09/02 a Operação Ponto Certo, coordenada pela Promotora de Justiça Cristiane Mourão, com a participação do Promotor de Justiça de Iguatemi Thiago Barbosa da Silva e de 10 policiais militares, resultou em apreensão de vários documentos físicos e digitais, folhas de frequência e folhas de pagamento.

Os indícios angariados até então é da existência de servidores comissionados que recebiam sem efetivamente prestar serviços na câmara. Os documentos instruirão Inquérito Civil e Procedimento Investigatório Criminal e serão submetidos à análise da Promotoria de Justiça de Iguatemi. A Presidência da Câmara e os Vereadores colaboraram com as diligências.

A Investigação conduzida pela Promotoria de Justiça de Iguatemi com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) tem como objetivo apurar a prática dos crimes de peculato e falsificação através de fraude na folha de pagamento de servidores da Câmara de Vereadores que recebem sem trabalhar, popularmente conhecidos “fantasmas”.

Segundo o promotor de Justiça de Iguatemi Thiago Barbosa da Silva, “o inquérito civil foi instaurado em 2012 para apurar irregularidade de pagamentos a um servidor público, e no fim de 2016 conseguimos obter elementos que demonstravam a provável existência de servidor fantasma. Confirmadas as suspeitas postulamos judicialmente a expedição de mandados de busca e



apreensão e quebra de sigilo de dados telefônicos, ambos deferidos pelo Juiz Guilherme Henrique Berto de Almada. A partir daí solicitamos o apoio do GAECO em diligências externas de acompanhamento da rotina da Câmara e dos servidores”.

“Análise da documentação (muito extensa). Não tenho prazo para definição”, afirma o Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva.

MUNICÍPIO DE JAPORÃ É ALVO DA OPERAÇÃO CURUMIM CONDUZIDA PELO GAECO

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), cumpriu no dia 22/02 ordem do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul expedida em sede de investigação criminal conduzida pelo Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar do Passos. O GAECO cumpriu nove (09) mandados de busca e apreensão nos municípios de Japorã e Mundo Novo.

Os crimes investigados são: peculato, falsidade documental, fraude em licitação e associação criminosa e crime de responsabilidade previsto no Decreto 201-67.

Os mandados foram cumpridos na sede da Prefeitura de Japorã, na casa do Prefeito Municipal de Japorã, que tem moradia em Mundo Novo e também nas casas de alguns secretários e servidores municipais, todos do Município Japorã. Também foi alvo de busca e apreensão a casa de uma vereadora da cidade.

A investigação tem por objetivo apurar indícios de desvio de recursos públicos da Assistência Social para financiamento de campanha eleitoral, bem como fraude à licitação relativa à Casa de apoio à criança indígena desnutrida da Aldeia Porto Lindo. Daí o nome da operação.



GAECO TRANSFERE “PANTANEIRO”, UM DOS LÍDERES DO PCC PRESO EM MATO GROSSO DO SUL



Em atendimento a pedido formulado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, no dia 20 de fevereiro, um dos líderes da facção criminosa denominada PCC, Francivaldo Rodrigues Lima, conhecido como “Pantaneiro”, que estava preso na penitenciária Estadual de Dourados/MS, foi transferido para o presídio federal de Porto Velho, onde passará a cumprir pena em regime disciplinar diferenciado (RDD).

Durante investigações do GAECO, apurou-se que “Pantaneiro”, mesmo cumprindo pena em regime fechado na cidade de Dourados, fazendo uso constante de celulares e desempenhando função de liderança

dentro da facção criminosa, ordenou a prática de crimes de tráfico de drogas, homicídios (tanto fora, como dentro do próprio sistema prisional) roubos, sequestros, inclusive em outros Estados da Federação.

Segundo a Promotora de Justiça e coordenadora do GAECO “Cabia a ele ainda a atribuição de cuidar da parte de disciplina dos demais integrantes da facção, com participação efetiva em “julgamentos” da organização, determinando quais os tipos de “pena” (exclusão, suspensão, agressões físicas e morte) que seriam aplicados aos faccionados que descumprem as ordens do comando geral”, afirmou Cristiane Mourão.

GAECO DEFLAGRA OPERAÇÃO BOLSÃO EM QUATRO CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO

Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) realizou operação Bolsão no dia 13/02, em quatro cidades do Estado na região do Bolsão: Cassilândia, Paranaíba, Chapadão, e Aparecida do Taboado.

Houve cumprimento de 16 mandados de busca e apreensão, dentre os alvos estão as Agências Fazendárias de Cassilândia e Paranaíba e a sede da Secretaria de Estado de Receita e Controle de Paranaíba. Foram 04 mandados de prisão temporária e 06 mandados de condução coercitiva, dentre eles de dois auditores fiscais lotados nas cidades de Paranaíba e Cassilândia.

As residências dos investigados foram alvos de busca e escritórios de contabilidade, também.

A Operação ocorre em 04 cidades de MS: Paranaíba, Cassilândia, Aparecida do Taboado e Chapadão do Sul.

Envolve 06 Promotores de Justiça e 32 policiais militares.

A investigação tem por objetivo apurar a prática dos crimes de associação criminosa, concussão (extorsão praticada por funcionário público) e falsidade ideológica, tendo como vítimas empresários destas localidades que, a pretexto de terem reduzidas ou perdoadas dívidas junto ao fisco estadual, eram compelidos a pagar propina a auditores fiscais do Estado, que se valiam de terceiros e contadores para a exigência da propina e seu recebimento.

As ordens foram expedidas pelo Juiz da Vara Criminal da Comarca de Paranaíba, local onde se concentram as prisões e o maior número de alvos.

GAECO REALIZA OPERAÇÃO PONTO CERTO EM IGUATEMI



O Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) esteve na cidade de Iguatemi desenvolvendo a operação Ponto Certo, na manhã do dia 09 de fevereiro.

A Investigação conduzida pela Promotoria de Justiça de Iguatemi com o apoio do GAECO teve como objetivo apurar a prática dos crimes de peculato e falsificação através de fraude na folha de pagamento de servidores da Câmara de Vereadores que recebem sem trabalhar, popularmente conhecidos “fantasmas”.

A Operação Ponto Certo, foi coordenada pela Promotora de Justiça Cristiane Mourão, e contou com a participação do Promotor de Justiça de Iguatemi Thiago Barbosa da Silva e 10 policiais militares.



OPERAÇÃO DESDITA É DEFLAGRADA PELO GAECO EM CIDADES DO ESTADO



Em mais uma ação que visa o combate ao PCC, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, em parceria com a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, através dos batalhões do CHOQUE e BOPE e a Diretoria de Inteligência - DINTEL, realiza nesta terça-feira a Operação Desdita (18/04) para o cumprimento de 24 mandados de prisão preventiva e 14 mandados de busca e apreensão em Campo Grande, Dourados, Naviraí, Brasilândia e Ponta Porã, além do bloqueio de dezenas de linhas de telefonia celular e contas bancárias operacionalizadas pela organização criminosa.

Participam dessa operação os Promotores de Justiça integrantes do GAECO Thalys Franklyn de Souza, Marcos Roberto Dietz, Tiago Di Giulio Freire e Fernando Martins Zaupa em Campo Grande e em Dourados a Promotora de Justiça Cláudia Loureiro Ocariz Almirão. O GAECO é coordenado pela Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos e as ordens foram expedidas pelo Juiz Mário José Esbalqueiro Júnior, juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande.

O tráfico de drogas, associação para o tráfico, roubo e atuação de facção criminosa em Mato Grosso do Sul, dentro e fora dos presídios, são pontos-chaves para a realização da operação DESDITA.

Dos 24 mandados de prisão preventiva, 15 referem-se a pessoas que estão recolhidas no sistema prisional de Mato Grosso do Sul e o respectivo cumprimento das ordens ocorre com o apoio da AGEPEN - Agência Penitenciária Estadual.

No ano de 2016 o GAECO desenvolveu trabalhos no sentido de identificar e processar membros da facção criminosa denominada PCC - Primeiro Comando da Capital com atuação em Mato Grosso do Sul, cujo primeiro resultado obtido foi a transferência dos

principais líderes para presídios federais no início deste ano, culminando hoje com a deflagração de mais uma operação de combate à criminalidade organizada violenta.

Operação Desdita

Desdita é sinônimo de azar e faz referência a um dos alvos da operação que durante o período das investigações atribuiu ao número de mortes que já havia dado causa o azar pela desarticulação de suas ações criminosas.





Ministério Público
do Estado de Mato Grosso do Sul